

A Reentrada no mundo de Antonio Conselheiro

“(...) por isto o infeliz destinado à solicitude dos médicos, veio, impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a história como poderia ter ido para o hospício” (Cunha, 1984).

Conforme Roberto DaMatta (1987), “pode-se dizer que os renunciadores trazem para a luz do dia a possibilidade de realizar um caminho criativo, porém invertido dentro da estrutura social. Em vez de entrar mais e mais na estrutura social e ser totalmente submetido à ela e suas regras, o que eles representam é a possibilidade concreta de sair do mundo. Primeiro, como já indicou Dumont (2000), pela individualização, depois pela possibilidade de reentrar no mundo social como o personagem foco permanecendo indivíduo num mundo de pessoas e que acaba por fundar uma outra sociedade, uma outra possibilidade” (DaMatta, 1987, p. 334).

Também o isolamento e a solidão que o renunciador experimenta muitas das vezes representam uma nova concepção de vida, seja ela a de criar novas formas de interação coletiva não acolhidas antes da renúncia e que só se materializam na nova vida. Ele rejeita o mundo social e busca outra realidade. Nessa “rejeição do mundo”, para usar as palavras de Weber (2004), o renunciante pode permanecer solitário ou juntar-se a um grupo, investindo no *millenium*. A renúncia aparece aqui como um modelo renovado de conquista do mundo, na medida em que a adesão a uma esfera de valor específica imbuí o indivíduo de uma nova *missão*.

E, como uma nova *missão*, Antonio Conselheiro, junto com seus seguidores que acolheu no período que viveu sem rumo pelos sertões, (re)-ergueu no Arraial de Canudos em uma velha fazenda de gado à beira do rio Vaza-Barris, uma cidadela que foi batizada por ele de Belo Monte. A sua reentrada no mundo pode ser vista como aquela percorrida pelos santos: através das rezas. Assim, ao “fundar” a sua nova comunidade, Antonio Conselheiro faz uma reentrada no universo social brasileiro, mas, como uma diferença: a partir daí ele deve viver para o seu novo grupo e esse novo grupo deverá obedecer as regras implantadas por ele.

É desta forma que Antonio Conselheiro abriu um caminho novo para sua vida após a tragédia que abalou suas primeiras décadas de vida. Agora, ele passa a viver para o seu novo grupo deixando de lado seus interesses egoísticos, criando – ao contrário, um imenso espaço externo, onde deverá implementar as regras que inventa. “Deve ser altamente consistente, não podendo gozar mais do privilégio da inconstância entre o ser, o falar e o viver” (DaMatta, 1987, p.266).

Esse é um processo de profundo significado sociológico: ao renunciar à sua sociedade original, Antonio Conselheiro abriu mão de suas vaidades, assim como de seu orgulho; abandonou seu mundo material, assim como abriu mão dos privilégios que gozava no mundo anterior à sua renúncia. Surge dessas constatações o constrangimento moral ao qual o renunciador se expõe na nova *missão* que realiza. O fato de maior importância é que Antonio Conselheiro deixou de ser complementar para seu mundo anterior não representando mais nada para sua antiga sociedade. É como observa DaMatta:

“A renúncia à vida é uma manifestação evidente de ruptura dos laços sociais, porém ele busca um universo social alternativo tendo como objetivo recriar uma sociedade” (DaMatta, 1987, p.323).

Com efeito, a chegada de Antonio Conselheiro à futura cidade de Canudos, a comunidade que elegeu para reentrar no mundo e cumprir sua nova *missão*, rompeu a rotina da gente abandonada há três séculos. Antonio Conselheiro era portador de uma promessa de melhoria da vida daqueles sertanejos, e, imbuído de uma religiosidade que como foi visto manifestara-se no decorrer de sua biografia, alcançou um grande número de adeptos que o acompanharam, veneraram e o obedeceram. Antônio Conselheiro foi sem dúvida um líder messiânico: não buscou o poder que lhe foi atribuído e não buscou fiéis: “não os chamara”, “chegavam-lhe espontâneos” (Cunha, 1984, p.110).

Segundo diversos autores, o movimento religioso sertanejo ao redor de Antonio Conselheiro teve uma forte conotação messiânica como uma variante do catolicismo no Brasil do século dezenove. A base desses movimentos é o comando de um líder espiritual, que a partir de suas pregações religiosas passa a arregimentar um grande número de fiéis, numa nova forma de organização popular que foge as regras tradicionais e, por essa razão é vista como uma ameaça a ordem estabelecida. Tais movimentos tiveram importância em diferentes regiões

do país como em Canudos, liderado por Antonio Conselheiro, sendo o movimento que lá se formou somente possível devido algumas condições subjetivas como a forte religiosidade popular.

Na abordagem de Weber (1999), o aparecimento de movimentos messiânicos está relacionada à necessidade de salvação. Diz o autor: “Toda necessidade de salvação é expressão de uma *indigência*, e por isso a opressão econômica ou social é uma fonte eficaz de seu nascimento, embora de nenhum modo exclusiva”. O nascimento de religiões de salvação, como os messiânicos em camadas privilegiadas, é causado por uma indigência “interior” dos indivíduos, e não pela indigência resultante de posições sociais inferiores. Os intelectuais, insatisfeitos com a ordenação do mundo que consideram irracional, e como nenhuma ordem lhes parece adequada à realidade contraditória, geram um tipo de religiosidade cuja finalidade é “fugir do mundo”. Ressalta Max Weber (1999), que o processo messiânico consiste numa transformação política e social do mundo: “Um herói poderoso, ou um deus, virá – logo, mais tarde, algum dia – e colocará seus adeptos na posição que merecem no mundo” (Weber, 1999, p. 351).

O clássico da linha interpretativa dos movimentos messiânicos no Brasil é o livro “*O messianismo no Brasil e no mundo*” de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977). O messianismo na visão de Queiroz (1977) é uma crença, uma doutrina de natureza ativa, não-conformista; messiânico é propriamente o movimento que sobrevém à espera, a atividade, a ação; o “messias” é líder político e espiritual que põe em marcha o movimento difundindo a crença e agregando fiéis. Movimentos desta natureza surgiriam como uma reação, com um intuito de reorganização e reordenação das relações sociais locais e se manifestariam conforme a presença da religiosidade.

A proposta de Queiroz (1977) em seu livro foi o de também analisar o significado desses grupos messiânicos nas respectivas sociedades em que esses movimentos ocorreram buscando compreender a posição que eles ocupavam dentro dessas sociedades e que papel eles desempenharam. Assim, caracterizou-os como movimentos sociais, políticos e religiosos que necessitavam da ação de uma coletividade organizada e estruturada sob a liderança de um *messias*, que buscavam transformar a realidade vivida através da fundação de um reino perfeito. Esse tipo de fenômeno sócio-religioso ocorre, na concepção de Queiroz (1977) em situações de grave crise política (ameaça de invasões, brusca mudança

de regime, etc.) e, reflete um desespero e um temor crescente e insuportável, uma crença nas proximidades do Juízo Final e na necessidade da chegada de um salvador para resgatar a comunidade em perigo de morte. Diz a autora:

“Um eremita, um peregrino, um visionário, cujas qualidades extraordinárias são atestadas pela realização de milagres, pela renúncia ao mundo e seus bens, por sacrifícios de toda a ordem, pôe-se a pregar de aldeia em aldeia nova forma de vida. Congrega gente em torno de si e, depois de certo tempo de peregrinação, localiza-se numa cidade ou vila, que proclama ser a capital do seu reino (no caso dos movimentos políticos), ou a Nova Jerusalém (no caso dos movimentos sociais), da qual é no mesmo tempo o rei ou autoridade civil suprema; e o pontífice, ou autoridade religiosa máxima. (Queiroz, 1977, p. 129)

O messianismo emergiria, assim, como manifestação coletiva da crença na vinda de um redentor, que poria fim à ordem vigente, instituindo uma nova ordem de justiça e felicidade. Especificamente, o movimento messiânico que atravessa Canudos, teria sido, então, consequência de uma situação de anomia na sociedade, e que, a deflagração de tais movimentos decorre exatamente em momentos nos quais as regiões “eram presas de conflitos inúmeros, que agravavam a instabilidade habitual” (Queiroz, 1977, p.229).

Os movimentos messiânicos como combate à anomia se explica, conforme Queiroz (1977), por se concentrarem sempre em “zonas de criação e de agricultura de subsistência, internamente homogêneas quanto ao estilo de vida, onde todos levavam uma mesma existência rude”. Também ela explica o porquê de sua não ocorrência nas áreas das grandes plantações de açúcar, de algodão e de café, (o litoral), onde as condições de “insatisfação e as frustrações formavam um clima propício à reivindicações e esperanças de um mundo melhor” (Queiroz, 1977, p.298). Portanto, a sociedade formada no litoral possuía uma estabilidade de estrutura e organização social, em razão das despesas de instalação e manutenção, estas, que a sociedade do sertão, (o norte), não possuía.

Embora o movimento messiânico obtivesse um enorme apoio popular, na opinião de Angela Paiva (2003) nenhum desses movimentos representou qualquer dissidência da esfera religiosa que a transformasse numa esfera emancipadora. Muito pelo contrário, diz a autora: “foram movimentos nos quais estava preservada a magia e/ou distanciamento das questões sociais do país. (...) Os movimentos messiânicos (Canudos, Contestado, Padre Cícero) não representaram nenhuma mudança em direção a um maior envolvimento com a realidade do país

(...)”. A autora concorda com Queiroz (1977) que esses movimentos eram antes movimentos de fuga ou de espera mágica por um mundo melhor, os quais mantinham o fiel em atitudes de fervor religioso que o colocava “fora-do-mundo”. Tais movimentos cultivavam a magia e reproduziam a organização hierárquica da sociedade como um todo e provinham de uma época na qual prevalecia a prática católica assistencialista, cuja ação era no sentido da caridade, e não no sentido genuíno da solidariedade. Nessa visão de mundo, o pobre era visto pela Igreja como objeto de caridade o que motivava a prática assistencialista, e não como símbolo de injustiça a quem deveria ser prestada solidariedade para uma transformação estrutural mais profunda. (Paiva, 2003, p. 67).

Dentro deste contexto, Antonio Conselheiro representava o vértice de uma hierarquia que se formou em Canudos – ponto mais elevado da escala social: era o “chefe”, o “profeta”, o “pai”. E, como líder espiritual messiânico e carismático dedicava-se às obras e pregações, servindo como modelo de comportamento e ditando os preceitos morais exigidos na cidadela.

Observa Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977):

“Para que a eterna bem aventurança chegasse mais depressa, deviam os adeptos sujeitar-se a comportamentos especiais, meios indicados por Deus ao seu mensageiro para que mais cedo se atingisse o Milênio: abandono de toda a riqueza, de todo luxo, de toda vaidade, de todos os desejos, a prática da castidade, da humildade, da abstinência, do arrependimento, das penitências. Era vivendo sob as ordens do messias que se conseguia atingir tal estado de perfeição; e era em Canudos, no Império de Belo Monte, que o Paraíso Terrestre se colocava ao alcance dos fiéis. Habitando ali, penetravam no universo sagrado, deixando para trás misérias e sofrimentos da vida terrena e profana”. (Queiroz, 1977, p. 227)

Típica da visão determinista de Euclides da Cunha, era um modelo de “catolicismo incompreendido” que potencializa a ascensão de um líder como Antonio Conselheiro. Assim, seguindo seu argumento, pode-se pensar que “o povo do sertão está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro” (Cunha, 1984, p.137). Antonio Conselheiro vivia rezando o terço, pregando e aconselhando a multidão, reunindo todos longe dos olhos dos párocos da cidade. Afinal, não se tratava de um sacerdote e sim de um “messias” que proclamava o Apocalipse. Fica flagrante, assim, a proximidade do pensamento euclidiano com a noção de dominação carismática em Max Weber (1999).

“A autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe. Tal é o poder “carismático” exercido pelo profeta ou – no domínio público – pelo dirigente guerreiro eleito” (Weber, 1982, p.208).

Na análise que fez Weber (1982), ter carisma indica uma qualidade excepcional (real ou imaginária) possuída por um indivíduo isolado, que é capaz a partir daí de exercer influência e, sobretudo, liderança sobre um grupo de admiradores. Os devotos do líder carismático encaram como dever obedecer-lhes as regras, e fazem isso voluntariamente e com uma entrega arrebatada. O carisma é capaz de assumir toda uma variedade de aparências, correspondendo às esferas de sua influência (militar, política, ética, religiosa), mas em todos os casos sua consequência é afetar de forma impressionante as vidas dos que ficam sob o seu efeito. Na terminologia weberiana, carisma é uma forma particular de “dominação” ou autoridade. Insiste que somente na análise da dominação carismática surge um indivíduo que, particularmente encarnando determinados atributos socialmente reconhecidos, isto é, dotado de carisma, poderia – em circunstâncias peculiares – modificar a forma de ordenação de uma sociedade, subvertendo a ordem estabelecida (Weber, 1982, p.161).

A comunidade que se formou ao redor de Antonio Conselheiro na sua nova comunidade consistia, em sua maioria, de gente pobre; eram anciões, cangaceiros, deformados físicos, entre outros. Havia aqueles que nasceram flagelados e morreriam da mesma maneira, a não ser que algum milagre lhes mudasse a sorte; os que eram o resultado das secas consecutivas, que haviam acabado com tudo o que possuíam, que lhes haviam matado a família ou grande parte dela. Também estavam presentes os rejeitados das fazendas, que não encontravam outro emprego e não sabiam sobreviver sozinhos no sertão; alguns vinham de muito longe, fascinados pela fama de Antonio Conselheiro que se espalhava de norte a sul. Havia os deformados, objetos de chacota geral e de castigos corporais em seus povoados, atraídos por aquele homem que não os julgava por sua aparência física.

As características sociais e econômicas de Canudos atraíam milhares de pessoas de todo o sertão nordestino. Falava-se em toda a região que em Belo Monte "corria rios de leite e as barrancas eram de cuscuz" (Brígido, 1999, p. 89).

A vida cotidiana de Canudos passou a ser, com a chegada de Antonio Conselheiro, uma cidade na plena acepção da palavra. As transações comerciais faziam parte da vida, inclusive com os povoados vizinhos. As moedas nacionais circulavam livremente e tinham seu valor reconhecido. Além das atividades agrícolas de subsistência, o povoado abrigava comerciantes de outras comunidades que ali exerciam sua profissão como se em qualquer outra vila. Havia pleno direito à propriedade privada, sendo os bens mais valorizados a terra, o gado e a moradia. A desigualdade social era aceita e tida como natural. Os despossuídos, em contrapartida, alimentavam-se da produção extraída das áreas, rebanhos e manufaturas coletivas que ali existiam. A pobreza era considerada injusta e odiosa, mas seus males poderiam ser superados graças à religião.

Também, esse homem, comportava-se como um reformador. As construções que realizou atendiam a inúmeros anseios não só dos seus adeptos, mas também da própria Igreja. Por onde passava, reformava ou mesmo construía uma nova Igreja como a Igreja de Santo Antonio, a padroeira de Belo Monte. Para Euclides da Cunha (1984), porém:

“A antiga capela não bastava. Era frágil e pequena [...] Levantava-as, volvida para o levante, aquela fachada estupenda, sem módulos, sem proporções, sem regras; de estilo indecifrável” (Cunha, 1984, p.132;133).

Para além de construir inúmeras igrejas, mandava cavar açudes para que a população tivesse água para beber, assim como construiu cemitérios para que os mortos não fossem mais enterrados no interior das igrejas. Essa atitude tinha, sobretudo, um caráter higienizador. Nomeou ruas como a “Rua da Professora”, caracterizando, dessa forma, seu lado urbanístico. Nertan Macedo (1969) ouviu o depoimento de Honório Cavalcanti, um dos sobreviventes da Guerra de Canudos relacionado a forma como Antonio Conselheiro se dedicava à sua comunidade:

“O Peregrino disse a quantos o ouviram no Urucu que tinha uma promessa a cumprir: erguer vinte e cinco igrejas. Que não as construiria, contudo, em terras do Ceará. Nunca mais pude esquecer aquela presença. Era forte como um touro, os cabelos negros e lisos lhe caíam nos ombros, os olhos pareciam encantados, de tanto fogo, dentro de uma batina de azulão, os pés metidos numa alpercata de currulepe, chapéu de palha na cabeça. Era manso de palavra e bom de coração. Só aconselhava para o bem. Nunca pensei, eu e compadre Antônio, que um dia nossos destinos se cruzariam com o desse homem”. (Macedo, 1969, p. 87)

Preocupava-se, em suas prédicas, de questões relacionadas à coletividade como coibir o roubo, até a esfera da intimidade, como evitar o adultério. Excluía aqueles que tinham merecido a sua desconfiança, como os republicanos pelos impostos cobrados; dos ladrões ou bêbados, assim como as meretrizes. Proibiu terminantemente as famosas “umbigadas excitantes” e se utilizou do estilo rompante dos missionários, como quando ataca um incestuoso na multidão: “Pai maldito, tu não serás da raça dos jararacas?” Mandava as mulheres queimar xales, vestidos, saias, chapéus e sapatos de luxo (Cunha, 1984, p.114).

Além de “conselheiro”, também era padrinho de uma infinidade de crianças em Belo Monte, e assim ia tecendo uma extensa rede baseada no compadrio, com a força que se sabe que essa instituição ostentou no sertão. É certo que este espírito de lealdade ao poder era comum à época. Walnice Nogueira Galvão (1974) explica esta ordem:

“[...] tornando-se padrinho de batismo de uma infinidade de afilhados, parceiro de Nossa Senhora, que era invariavelmente a madrinha, ia tecendo uma extensa rede baseada no compadrio, com a força que se sabe que essa instituição ostentou no sertão. A relevância desse componente se acentua quando se pensa que o laço espiritual, que assim se criava, tornava um comrade do Conselheiro e de Nossa Senhora infenso ao laço social interclasses costumeiro no apadrinhamento de um pobre por um potentado local. Assim, todas as pessoas implicadas nesta outra rede como que sutilmente se subtraíam à estrutura de poder vigente, entrando numa outra, concorrente daquela. Quando chegar a hora e o padrinho lançar uma convocação, compadres e afilhados acorrerão em massa em sua defesa de todos os recantos do sertão” (Galvão, 1974, p. 64).

Configurada esta troca de favores, uma característica na formação social brasileira, convergia cada vez mais para ele incontáveis fiéis que o ajudavam na tarefa de reerguer a “sua nova” comunidade. Pode parecer, de alguma forma, que a pessoalidade do relacionamento entre Antonio Conselheiro e seus seguidores transformaram-no em um legítimo herdeiro da cordialidade do homem brasileiro. Com efeito, sua figura pode ser caracterizada como o “homem cordial” de Sergio Buarque de Holanda. A cordialidade identifica com o predomínio histórico da estrutura patriarcal, própria do século dezenove no Brasil uma configuração de hibridismo entre os domínios do público e do privado. (Souza e Silva, 2001, p. 47).

Também ele abriu um espaço físico, social e humano para os ex-escravos no qual eles se integraram, participando ativamente como agentes históricos da

comunidade de Canudos até o seu final. Como foi visto na certidão de batismo de Antônio Vicente Mendes Maciel, ele também era da cor “parda”. Surge daí sua preocupação em atrair para sua nova comunidade os ex-escravos que perambulavam pelos sertões em busca de um trabalho. Estes ex-escravos fizeram parte de seu componente militar, religioso e político. Lutaram juntamente com o líder que os reintegrou na sua condição humana. E, antes, quando eram ainda escravos, acenava-lhes com a possibilidade da liberdade, com eles reunindo-se e esclarecendo a possibilidade de mudança social capaz de libertá-los.

Uma outra característica importante na trajetória de Antonio Conselheiro é sua escolaridade vista na sua biografia: sabia ler e escrever assim como também falava latim. A imagem de um Antonio Conselheiro iletrado se desfaz quando sua produção escrita é conhecida. Entretanto, tal idéia ainda hoje é assimilada à imagem do líder religioso de Canudos. Os livros manuscritos que Antonio Conselheiro deixou e foram reunidas em livro pelo historiador Ataliba Nogueira em 1978, são obras em que somente temas religiosos, em consonância com os preceitos do catolicismo da época, são tratados. Em apenas um deles aborda propriamente assunto político. Condena a República e suas leis seculares, muito provavelmente por ver nelas a negação dos preceitos religiosos em que se pautavam seus pensamentos.

Porém, o novo espaço social ocupado por Antonio Conselheiro e seus seguidores teve um fim dramático: foi totalmente destruído pela mais importante guerra ocorrida no Brasil no século XIX – A Guerra de Canudos. É o que se verá no próximo capítulo.

7.1

A Guerra de Canudos: breves considerações

“Numa atitude suicida, o homem de Belo Monte empregou todas as forças ao seu alcance para conter os soldados vindos do litoral, defensores da ordem republicana, que a exaltação dos espíritos considerava seriamente ameaçada” (Calasans, 1950).

Antonio Conselheiro, cujo isolamento da vida comunitária teve tal profundidade que acabou por trazê-lo de volta ao seu mundo, porém, no mais

trágico conflito aberto da história brasileira: a guerra de Canudos (1896-1897).

As regras impostas por Antonio Conselheiro na sua “nova comunidade”, Canudos, desencadearam uma crise de insatisfação e alarmismo na então jovem República, proclamada em 1889. Antonio Conselheiro incomodava os novos Republicanos e Canudos passou a ser uma cidade focada para ser destruída. A população que ali se instalou sob a égide de Antonio Conselheiro eram descritos pelos republicanos como fanáticos religiosos, e a cidade como um reduto da monarquia. Sabe-se que o Conselheiro era contrário às instituições republicanas (Sattamini, 2007)¹.

A Guerra de Canudos (1896-1897) contou com a participação de cerca de dez mil soldados, vindo de dezessete estados brasileiros, que deram combate aos seguidores de Antonio Conselheiro em quatro expedições militares com uma grande artilharia para submeter a "Tróia de taipa" (Cunha, 1984, p. 363). Euclides da Cunha considera alguns valores do Exército, mas critica a arrogância militar, protegida por armas portentosas que nada valiam no sertão. Os canhões não passavam pela caatinga e o excesso de munição era um fardo para os soldados. Os militares não conheciam a luta de emboscadas, sendo que um único sertanejo era capaz de destruir um pelotão. A flora agressiva era amiga dos rebeldes, que em tocaias pelas depressões rochosas eram como guerreiros invisíveis. Grupos de cinquenta jagunços subdivididos em dez homens atraíam os soldados pelo imbuzeiros e veredas. Os soldados se perdiam pelo caminho. Enlouqueciam. Mesmo quando estavam vencendo a batalha, fugiam apavorados.

A terceira expedição militar configurou-se como um desastre e culminou com a morte do coronel Moreira César e com centenas de soldados feridos e mutilados. O impacto imposto pela miséria do cenário paupérrimo e em ruínas é percebido nas diversas representações dos eventos de Canudos. O número estimado de vítimas é de vinte e cinco mil pessoas, entre elas mulheres e crianças. Quase todos os conselheiristas foram mortos depois de presos, boa parte na prática da “gravata vermelha”, como era conhecida a degola. A população lutou até o fim e foram poucos os conselheiristas que se renderam: “nos últimos dias da guerra, uma plêiade de miseráveis, na sua maioria idosos, mulheres e crianças, em farrapos, renderam-se à supremacia do exército e se entregaram, sem saber, a uma

¹ Vera Sattamini é Pesquisadora e Mestre em História pela Puc:Rio de Janeiro.

sumária sentença de morte” (Sattamini, 2007).

O Presidente da República, Prudente de Moraes, havia prometido que em Canudos não ficaria “pedra sobre pedra”. Acabada a guerra, era necessário, portanto, apagar os vestígios do que era visto pela ótica do poder como uma insurreição sertaneja. O fim deveria ser exemplar, para que outros movimentos que desafiassem a ordem republicana não se repetissem. Para as autoridades envolvidas era importante “que ali se plantasse a solidão e a morte”.

O paradoxal fato de que um ajuntamento de homens vivendo em tão primitivas condições pudesse ter resistido a três investidas do poder público e ainda resistisse à mega operação bélica montada na 4ª expedição, se constituiu no contraponto entre mentalidades tão diferenciadas entre si que levou Euclides da Cunha tentar explicar que o “episódio se sustenta na contraposição de dinâmicas que se negam no encontro de dois diferentes estágios civilizatórios: o Brasil do litoral, educado, europeizado, rico, dominador e centrado e seu sertão, analfabeto, pobre, servil e periférico” (Cunha, 1984, p. 322).

O historiador Marcos Veneu (1995) destaca que, com o fim da guerra e já no final de seu livro, Euclides da Cunha tentou passar o lado positivo da resistência dos canudenses às forças republicanas consideradas opressoras: “Canudos não se rendeu, mesmo triunfando a morte”, e, lamentando a triste sorte: “O sertanejo é antes de tudo, um forte” (Cunha, 1984, p. 407). Mostrou que um universo de tal natureza como o de Canudos era governado por leis próprias e que a Guerra de Canudos foi absurda, pois a população não era monarquista, como o exército acreditava. Pregar contra a república era apenas uma variante do delírio religioso de Antônio Conselheiro. Formado naquela profusão de teorias articuladoras da filosofia do progresso que marcaram o final do século XIX, Euclides da Cunha via em Antônio Conselheiro um “caso” patológico, um expressivo exemplo de “irrupção primitiva em plena era das máquinas”, um atestado evidente de que o encontro dos assentamentos radicais mal definidos com o atraso sertanejo formava a cena ideal para o aparecimento de um salvacionista difuso e mistificador, uma farsa que aportou na história porque o hospício do Rio de Janeiro alegou não possuir vaga para abrigar o alienado. Uma sociedade tão primitiva era incapaz de compreender tanto a forma republicana como a monarquia constitucional. Só aceitava o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro. Antônio Conselheiro foi esse chefe sacerdotal. Na verdade, Euclides da Cunha apresenta dois

“Conselheiros”. Numa delas, ele é o “messias de feira”, “truão”, que balbucia frases do Apocalipse. Na outra, o “grande homem pelo avesso” - uma figura de linguagem que faz a transição de um modelo para o outro - é um heresiarca, algo negativo, mas sério, que tem a dignidade de um apóstolo, condutor de homens, e compara Canudos ao cristianismo primitivo. Nesse contexto, as inúmeras faces do Conselheiro não podem ser encaradas apenas como variações de cada geração de pesquisadores. Devem também ser vistas como elemento formador de um homem possuidor de uma consciência histórica. Um homem que, apesar de sua imagem fugir às tipificações era inserido em sua época (Veneu, 1995).

O personagem euclidiano foi, sem dúvida, o estopim para que a Guerra de Canudos acontecesse. A cabeça de Antonio Conselheiro foi enviada ao médico Nina Rodrigues e, de acordo com o laudo, sofria de “psicose sistemática progressiva”; era “indivíduo degenerado”, portador de “delírio crônico”, porém, possuidor de um “crânio normal”. Também notou que o morto quase não tinha dentes, o que, provavelmente, foi, em seu laudo, a única observação apoiada na realidade.

O ponto crucial é que Antonio Conselheiro morreu lutando pela sua gente e pela “nova sociedade” que havia implantado: morreu pelo seu “universo inventado”. (DaMatta, 1987, p.323).